

# Brasil seguirá critérios do FMI para o déficit público ao fixar metas de 1985

BRASÍLIA — Nas negociações entre Brasil e Fundo Monetário Internacional (FMI) para a definição das metas de política econômica vai prevalecer o conceito de déficit público nominal e operacional do Fundo — que mostra a necessidade de financiamento do setor público junto aos bancos — e não o do Governo, de déficit de caixa — que detalha a diferença entre receita e despesa.

Ao dar a informação, o Secretário-Geral do Ministério da Fazenda e Coordenador da Comissão de Negociação com o FMI, Sebastião Vital, disse ontem que nas primeiras duas semanas de negociação a fase de discussões metodológicas foi superada. A partir da próxima semana, segundo ele, começarão a ser definidos os critérios de **performance** da política econômica, entre os quais está o financiamento do déficit público.

Vital explicou que o volume do déficit tanto pelo conceito do FMI quanto pelo do Governo, é praticamente o mesmo, ou seja, entre Cr\$ 90 trilhões e Cr\$ 100 trilhões. Pelo conceito de déficit nominal, este volume chega a Cr\$ 264 trilhões — ou

seja, 22 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) estimado para este ano.

De acordo com o Secretário-Geral da Fazenda, o grande volume deste déficit é resultado do “festival de gastos” praticados pelo Governo anterior e também pelo aumento salarial do funcionalismo público. Houve ministérios, conforme Vital, que em abril já tinham gasto 80 por cento de sua verba prevista para todo o ano.

Anunciou que pelo menos duas hipóteses já foram descartadas para o financiamento do déficit público. Não será financiado exclusivamente com a expansão da base monetária (emissão de moeda), que poderia atingir até o final do ano cerca de 600 por cento. Do mesmo modo, não será financiado unicamente com a emissão de títulos, o que acarretaria uma explosão das taxas de juros.

Há segundo Sebastião Vital, três hipóteses para a expansão da base monetária. Se for fixada em 150 por cento, será necessário uma emissão de Cr\$ 22,5 trilhões. Se for definida em 180 por cento, a necessidade de emissão será de Cr\$ 27 trilhões. E no caso de uma meta de 200 por cento, a emissão será de Cr\$ 30 trilhões.